

# Protomegalitismo no Sul de Portugal: inauguração das paisagens megalíticas

■ JOAQUINA SOARES<sup>1</sup> ■ CARLOS TAVARES DA SILVA<sup>2</sup> ■

“Deve-se medir aquilo que pode ser medido e tornar mensurável o que não pode ser medido”

Galileu Galilei

**RESUMO** Procede-se a uma revisão da informação disponível sobre a fase inicial do megalitismo no Sul de Portugal. Testa-se um modelo explicativo da génese dessa fase, protomegalítica, a qual possui aspectos arqueológicos similares em extensas áreas europeias, atlânticas e mediterrâneas. No Sul de Portugal, verifica-se que o fenómeno sepulcral protomegalítico surge, quer no litoral, quer no interior, durante o Neolítico Antigo Evolucionado, na transição para o Neolítico Médio. Com base na cronologia relativa e nas datações radiométricas obtidas para o protomegalitismo do Norte de Portugal e para o Ocidente europeu, é possível datar a fase inicial do megalitismo do Sul de Portugal do V milénio cal BC, com um óptimo centrado em meados desse milénio. As sepulturas protomegalíticas, constituídas por pequenas câmaras fechadas sob colina tumular, marcam uma ruptura relativamente às práticas funerárias do Neolítico Antigo Pleno, onde o doméstico e o funerário se encontravam espacialmente associados, na continuação da tradição mesolítica. A função funerária ocupará doravante espaços específicos, de elevada visibilidade, construídos para a eternidade, ao contrário dos estabelecimentos residenciais, de curta duração, com estruturas percíveis que rapidamente se apagavam na paisagem, associados à prática de uma agricultura itinerante, de sacho e queimada. Aquelas sepulturas inauguram uma nova paisagem, construída pela ideia de tempo mítico ou monumental; a elas se irão somando outras realizações megalíticas, ortostáticas, em processo crescente de gigantismo e complexidade até ao Neolítico Final. Da sepultura proto-megalítica ao grande dolmen de corredor parece persistir a mesma ideia estruturante de valorização do passado, do antepassado, do tempo cíclico, ao serviço da consolidação da formação social camponesa, assente em sistema de relações estáveis, de parentesco, no quadro do modo de produção doméstico, tal como foi formulado por Meillassoux.

**ABSTRACT** This paper reviews the information available on the initial phase of megalithism in the south of Portugal. It tests an explanatory model for the origins of this proto-megalithic phase, which possesses archaeological aspects that are similar to those in large areas in Europe, in the Atlantic and Mediterranean. In the south of Portugal, it has been verified that the proto-megalithic burial phenomenon emerges, both on the coast as well as in the interior, during the early Neolithic in the transition to the middle Neolithic. Using the relative chronology and the radiometric dates obtained for proto-megalithism in the north of Portugal and for western Europe, it is possible to date the initial phase of megalithism in the south of Portugal to the 5th millennium cal. B.C., with its peak in the middle of this millennium. The proto-megalithic burials, characterized by small closed chambers beneath a tumulus, mark a break from the funerary practices of the early Neolithic, when the domestic and the funerary are found spatially associated, and show a continuity with the Mesolithic tradition. The funerary sites from this time onward occupy specific places of high visibility and are constructed for eternity, in contrast to habitational areas, which are occupied for a short duration, characterized by perishable structures which rapidly disappear in the landscape, and associated with the practice of a mobile slash and burn agriculture. These burials inaugurate a new landscape, based on the idea of a mythic or monumental time; and develop into later orthostatic constructions, in an increasing process of gigantism and complexity until the final Neolithic. From the proto-megalithic burial to the large passage grave, the same structuring idea of valuing the past and cyclic time persists and serves to consolidate a peasant social formation based on the system of stable relations of ancestry in the context of a domestic mode of production, as was formulated by Meillassoux.

## Palavras prévias

---

As questões cronológicas e diacrónicas, a diversidade arquitectónica e artefactual do megalitismo, centrais na investigação dos anos 70 e 80, sofrem actualmente uma clara deslocalização para as margens do debate em Arqueologia, criando espaço para as problemáticas da função e do simbólico. A presente situação de crise cognitiva ou epistemológica deixa um enorme espaço de manobra ao eclectismo; o recurso, até à exaustão, ao argumento da contingência do comportamento humano, o descrédito relativamente à capacidade explicativa do trabalho arqueológico, criam alguma estagnação à investigação propriamente dita; na ausência de um paradigma consensualmente reconhecido, todas as abordagens são aceitáveis, mesmo as meramente literárias.

No que respeita ao tema do texto, temos de continuar a insistir, porém, na magreza da informação empírica disponível e na total indisponibilidade de datações absolutas para as sepulturas protomegalíticas do Centro-Sul de Portugal. Neste contexto, os problemas cronológicos têm de estar na moda e a eles associada a questão da mudança. Procuraremos, assim, gerir a fragmentária informação de sítios arqueológicos particulares a partir de um quadro teórico onde aquela adquira verosimilhança. Do tempo que atravessa as realizações físicas do megalitismo, importa-nos recriar um tempo lógico para as primeiras construções sepulcrais que marcaram a paisagem megalítica emergente. Não podemos também deixar de acompanhar os tempos de uso, encerramento e reutilização a partir de tempos de identificação, observação, medição e contagem projectados, retrospectivamente, para a variada paisagem megalítica sobrance, na qual obviamente nos espelhamos, nos perdemos muitas vezes, mas onde voltamos com o propósito expresso de testar um modelo explicativo restrito e necessariamente esquemático.

## Protomegalitismo: tempo de construção

---

### *Espaços funerários*

Em 1983, os signatários publicavam a sepultura do Marco Branco, uma pequena câmara de planta fechada, naviforme, parcialmente escavada na rocha, com as dimensões internas de 1,70 m (E-W) x 1,35 m; era limitada por alguns blocos de pedra colocados à superfície do solo de então e por raros e pequenos esteios com altura inferior a um metro; possuía tumulus (parcialmente conservado) constituído por anel de blocos encostado às paredes da câmara e com cerca de 2,5 m de raio. A sepultura foi implantada em rechã (120 m) da vertente ocidental dos contrafortes da Serra de Grândola. O local, sobranceiro ao povoado da Salema, do qual dista cerca de 200 m, permite uma ampla visibilidade sobre todo o quadrante oeste, até ao litoral. Importa sublinhar que na construção da sepultura (câmara funerária e estrutura tumular), se utilizaram blocos de xisto grauváquico de origem local e de calcarenito, estes últimos transportados de uma distância de 400-500 m (Monte da Salema, a colina que limita o povoado do Neolítico Antigo Evolucionado do mesmo nome, a ocidente). No limite oriental desse habitat, ou seja, no sopé da rechã sobre a qual se situa o monumento do Marco Branco, identificámos um monólito de forma ovóide, de calcarenito, com cerca de 1 m de altura, assente sobre as formações xistosas do Carbónico. Elemento referenciador da sepultura? Não só a utilização de calcário na construção desta nos aponta a direcção do povoado como também os materiais arqueológicos contidos nos sedi-

mentos da massa tumular, nomeadamente resíduos de talhe, núcleos, lascas residuais, lamelas em sílex e fragmentos de cerâmica, alguns com rolamento, parecem indiciar a prática da integração de terras do povoado na estrutura funerária. Este é um dos poucos aspectos do ritual funerário que deixou traços materiais e ele poderia estar associado a um importante acréscimo de esforço construtivo. Comportamento muito provavelmente necessário à superação do trauma socio-cultural que a dissociação cemitério/povoado, ocorrida neste período, poderá ter provocado. Esse ritual destinar-se-ia, no cenário proposto, a anular a distância física entre povoado e necrópole; a construção da sepultura era, assim, um acto de criação da continuidade entre o mundo dos vivos e o dos mortos. O povoado seria abandonado, transferido para outro local, uma vez esgotada a fertilidade natural dos solos envolventes, mas a sepultura permaneceria activa, assegurando a legitimidade do grupo à ocupação do respectivo território. A sepultura introduz na paisagem a memória do passado; através dela, os grupos apropriam-se de uma realidade tão fluída como o tempo; é esse tempo, já esgotado, vivido, que, recuperado através de monumentalização, regressa à paisagem. No reconhecimento deste tempo monumental ou mítico residirá um importante mecanismo psico-sociológico de identificação do grupo, no decurso de todo o megalitismo. A integração do local dos vivos nos espaços funerários (através da inclusão na massa tumular, de terras do povoado), perdurou, pelo menos na Costa Sudoeste, ao longo de todo o megalitismo e mesmo até à Idade do Bronze. Observou-se, por exemplo, nos dolmens de corredor da Palhota (Soares e Silva, 1976-1977) e no da Pedra Escorregadia (Gomes, 1994). Outros indícios, mais ténues, da ideia de ligação entre os lugares funerários e os domésticos, pela via de um mecanismo simbólico, podem ser observados nas frequentes referências à presença de mós manuais na colina tumular (por exemplo, o achado de uma grande mó e pilão no exterior da câmara n.º 10 da necrópole da Palmeira) (Formosinho et al., 1953).

A sepultura do Marco Branco, como as de tipologia similar, parece ter sido concebida para receber apenas um enterramento. Do primeiro momento de utilização do monumento (C.4) não se conservaram quaisquer vestígios osteológicos. O espólio funerário era constituído por um raspador em sílex, sobre lasca, unguiforme, uma lâmina estreita em sílex, com vestígios de uso e por uma conta discóide de xisto; surgiu ainda um fragmento de cerâmica, erodido, que pode ter sido proveniente das terras do tumulus. O mobiliário funerário é, pois, insignificante face à ênfase colocada na arquitectura. Tenha-se, no entanto, presente que estas pequenas câmaras sob tumulus, em alguns casos parcialmente escavadas no substrato rochoso, possuíam uma visibilidade limitada a partir do exterior; destinar-se-iam, muito provavelmente, mais à comunicação intra-grupal que à inter-grupal. No caso em análise, é flagrante a diferença de visibilidade do monumento para o exterior e, do exterior, para o monumento, sendo a primeira modalidade de enorme amplitude.

A sepultura do Marco Branco encontra bons paralelos em pequenas câmaras fechadas, escavadas por Manuel Heleno no Alto Alentejo e sumariamente descritas por Savory (1969, p. 98) que as considera destinadas a enterramentos singulares e do início do megalitismo do Sudoeste peninsular.

A cista megalítica de Areias 10 (Reguengos de Monsaraz), embora apresente uma planta já aberta, aspecto que pode ter resultado de intervenções posteriores à fase construtiva, oferece também afinidades com a do Marco Branco quer na arquitectura quer no que concerne às técnicas construtivas; a câmara funerária possui 2 m x 1,10 m, é limitada por esteios que não ultrapassam os 0,75 m de altura e está integrada em um pequeno tumulus; a sepultura encontrava-se remexida e forneceu apenas quatro fragmentos de cerâmica pré-histórica à superfície (Leisner, 1951).

A câmara, sob tumulus, de Azinhal 3 (Coruche), embora mostrando algumas afinidades tipológicas com as sepulturas em análise, possui, virada a este, uma entrada bem marcada, que interpretamos como indicador da substituição do ritual de enterramento individual pelo enterramento colectivo, preludiando o aparecimento dos sepulcros de corredor. De planta ovóide, possui cerca de 2,5 m x 1,5 m e os esteios que a limitam pouco ultrapassam 1 m de altura. O espólio funerário é constituído exclusivamente por indústria lítica: geométricos trapezoidais e crescentes, duas lâminas estreitas e um pequeno machado de secção subcircular, gume polido e talão picotado (Leisner, 1983). V. Leisner coloca, justamente, esta sepultura na transição dos pequenos sepulcros megalíticos simples para as sepulturas de corredor.

Em 1995, foram apresentados dois novos sepulcros de idêntica tipologia: Anta 6 do Couto da Espanhola, em Idanha-a-Nova (Cardoso et al., 1995) e sepultura n.º 2 do Cabeço do Torrão, no concelho de Elvas (Lago e Albergaria, 1995).

O monumento 6 do Couto da Espanhola mostra-nos claramente a existência de duas fases construtivas: uma primeira câmara, ovóide com cerca de 1,75 m x 0,75 m (tal como se conserva actualmente), cujos esteios não atingem um metro de altura, protegida por tumulus, muito rico em elementos pétreos, também de planta oval, com 10 m x 7,60 m de diâmetro. Esta primeira câmara<sup>3</sup> viria a ser parcialmente destruída pela implantação de uma cista de planta sub-rectangular. A sepultura primitiva forneceu escasso espólio, exclusivamente lítico: uma lamela não retocada de sílex, uma lâmina de sílex com vestígios de uso, um crescente sobre lamela, em sílex, um trapézio rectangular, sobre lamela, em calcedónia e um machado de anfiboloxisto de secção transversal rectangular.

No que respeita à sepultura n.º 2 do Cabeço do Torrão, são flagrantes as afinidades com a do Marco Branco. A câmara funerária, de forma ovalada, foi parcialmente escavada na rocha e possui as dimensões máximas de 2,60 m x 1,70 m; é delimitada por blocos assentes directamente sobre a base da fossa e por um único esteio implantado em alvéolo; mas a planta do monumento seria aberta<sup>4</sup> segundo os seus escavadores (não dispomos ainda de informação gráfica sobre a mesma). Não existem vestígios da colina tumular. Na base do enchimento da câmara funerária, surgiram um geométrico trapezoidal, um machado de secção transversal sub-circular, uma enxó e um osso humano.

As pequenas câmaras funerárias sob tumulus que vimos referindo são relativamente raras e surgiram de forma isolada, mas inauguraram a construção de paisagens que doravante serão marcadas por outras realizações megalíticas que as reconhecem, as integram, as transformam.

Estamos conscientes da pouca nitidez da imagem obtida para esta fase do megalitismo no Alentejo e podemos recorrer à maior vulnerabilidade deste tipo de sepulturas face aos agentes destrutivos para explicar a sua fraca representatividade numérica. No entanto, impõe-se a pergunta que em diversas ocasiões tem sido colocada para a generalidade das sepulturas megalíticas: todos os mortos ou só alguns, por razões particulares, possuíam transcendência para os rituais ligados ao culto dos antepassados?

Em Monchique, localizam-se alguns dos raros cemitérios publicados de sepulturas protomegalíticas (Formosinho et al., 1953). Atenda-se, por exemplo, às sepulturas n.ºs 9, 10, 13 e 14 da necrópole da Palmeira. São pequenas câmaras de planta fechada que parecem ter sofrido curta utilização: a sepultura n.º 9, com ca. 1,5 m x 0,75 m, embora se encontrasse, pelo menos aparentemente, intacta, não forneceu espólio funerário; a sepultura n.º 10, com ca. 1,60 m x 0,80 m, sob tumulus muito arrasado, não continha espólio funerário no seu interior, mas tão somente uma mó e pilão, na área da mamoa; a câmara n.º 13, com cerca de 2,25 m x 0,70 m, continha três geométricos trapezoidais em sílex, uma lâmina de sílex,

quatro instrumentos polidos (um machado, três enxós), em corneana cinzento-azulada, um deles com fractura antiga e, na área tumular, quatro fragmentos de cerâmica grosseira; a sepultura n.º 14, com cerca de 1,60 m x 0,60 m, possuía dois geométricos trapezoidais, uma lâmina de sílex e cinco instrumentos polidos (um pequeno machado espesso, três enxós, um cinzel duplo) em corneana cinzento-azulada, os quais apresentam marcas de uso e mesmo fracturas antigas, e três fragmentos de dois recipientes cerâmicos (infiltrados a partir das terras da mamoa).

Na necrópole de Buço Preto, também em Monchique, as sepulturas n.ºs 3, 4 e 5, de planta rectangular e fechada, com as dimensões médias de 1,97 m x 0,63 m, encontravam-se reunidas sob a mesma colina tumular, particularmente bem delimitada através de cintura de blocos. A câmara n.º 3 continha somente algumas contas de xisto discóides; a sepultura n.º 4, uma lâmina estreita de sílex e a n.º 5, dois fragmentos de lâminas de sílex retocadas, quatro instrumentos em pedra polida com vestígios de uso, nomeadamente fracturas (dois pequenos machados, uma enxó e uma goiva) e alguns fragmentos de cerâmica.

As necrópoles de Monchique evoluem através de reutilizações, provável alteração de sepulturas pré-existentes e da construção de outras, de maiores dimensões, cujas formas mais evolucionadas apresentam planta aberta, podendo mesmo ostentar pequeno corredor, como a sepultura n.º 7 de Buço Preto. Esta última é um bom exemplo da fase final do megalitismo regional, em cujo enchimento foram encontradas pontas de seta e placa de xisto gravada. É, no entanto, durante o Neolítico Médio que a paisagem megalítica de Monchique revela maior dinamismo demográfico e uma intensa utilização. Nela parece ter havido lugar para todos os mortos. Recordemos, a propósito, a informação etnográfica dos Merina de Madagáscar, onde todos os mortos de cada grupo são acolhidos em monumentos funerários colectivos, dispersos pelo território (cuja pertença ao grupo assinalam). Os fortes laços de parentesco e a importância atribuída aos antepassados, protectores dos territórios dos vivos, são aspectos estruturantes de um sistema socio-cultural que tem de dar resposta a aspectos cruciais para a subsistência do grupo como a escassez de solos férteis, regra geral confinados aos vales (Bloch, 1981).

Um cemitério protomegalítico, ainda inédito, foi por nós escavado em Sines, confinando com a necrópole do Bronze Médio do Sudoeste do Pessegueiro. Trata-se de um conjunto de cinco pequenas sepulturas fechadas e de planta rectangular ou ovóide. A proximidade entre os túmulos é um dos aspectos mais marcantes desta necrópole, distanciando-a claramente das de Monchique. As respectivas colinas tumulares, desmanteladas, deveriam ser contíguas, à semelhança do que ocorre, por exemplo, na necrópole de Camp del Ginèbre, nos Pirenéus Orientais. A semelhança entre as câmaras funerárias destas duas necrópoles é flagrante; os tumuli, na jazida pirenaica, eram constituídos por verdadeiros anéis de blocos; no caso do Pessegueiro, a massa tumular deveria conter relativamente poucos elementos pétreos e não se conservaram quaisquer anéis de pedras em torno das câmaras. De alguma forma, a necrópole do Pessegueiro comporta-se como uma paisagem megalítica enterrada, desde quando não o sabemos. Já o seria na Idade do Bronze, quando o local voltou a ser ocupado? O enchimento das sepulturas não revelou restos osteológicos e o espólio era constituído exclusivamente por machados de pedra polida usados, não mais que um por sepultura. Estes elementos são pouco discriminantes em termos cronológicos e por agora não é possível obter datações absolutas para esta necrópole. O cemitério de Camp del Ginèbre (Caramany) é datado, de acordo com a tipologia do espólio, de uma fase de transição Montbolo/Chasseense inicial, ou seja de 5600/5500 BP (Guilaine, 1996).

## *Povoados*

Em 1987, um dos signatários (C.T.S.) questionava-se sobre a possibilidade de terem sido os últimos habitantes do povoado do Neolítico Antigo Evolucionado da Salema os construtores da sepultura protomegalítica do Marco Branco. Este povoado contém testemunhos de momento final do Neolítico Antigo Evolucionado e do desenvolvimento da economia de produção de alimentos. Trata-se de um contexto rico em cerâmica impressa e incisa, destacando-se, pela sua abundância, os recipientes em calote decorados por um sulco perimetral situado imediatamente abaixo do bordo (decoração que se irá desenvolver e, por vezes, tornar exclusiva durante o Neolítico Médio) e que revela um nítido avanço relativamente a outros povoados do Neolítico Antigo da região no domínio dos artefactos e estruturas conotadas com a actividade agrícola: aumento do número e da qualidade técnica da utensilagem em pedra polida, particularmente no que se refere às enxós; número relativamente elevado de elementos de mós; diversificação formal e maior qualidade tecnológica da cerâmica; complexificação das estruturas domésticas, com ocorrência de uma forma completamente nova, associada aos tradicionais empedrados. As novas estruturas (Silva e Soares, 1982), de planta oval, com cerca de 0,5 m x 0,8 m, possuem as paredes de argila cozida que, em altura, se inclinam ligeiramente para o interior, em abóbada e apresentam, em alguns casos, a base revestida por seixos com acção do fogo o que, a par do facto de a argila das paredes se encontrar cozida, parece indicar terem sido utilizadas como fornos. A organização do espaço intra-habitat mostra-se também mais concentrada e densa que a de qualquer outro povoado do Neolítico Antigo escavado no Alentejo litoral.

Posteriormente, trabalhos de campo realizados no interior alentejano (Soares e Silva, 1992) revelaram a existência de povoados, como o das Pipas (Reguengos de Monsaraz), localizáveis na charneira entre o Neolítico Antigo Evolucionado e o Neolítico Médio. Estes povoados, com um único e muito pouco espesso nível arqueológico, continuaram a ocupar locais baixos e arenosos, como no Neolítico Antigo, próximos de linhas de água. Os vestígios arqueológicos organizam-se em núcleos dispersos, com baixa densidade de artefactos (10 fragmentos de cerâmica/m<sup>2</sup>/0,10 m de esp. de sedimentos); a indústria em pedra lascada mostra-se muito escassa no que concerne ao subsistema tecnológico uso-intensivo (conservando, este, tipos herdados do Neolítico Antigo) e apresenta relativa abundância de artefactos do subsistema tecnológico expedito; a indústria em pedra polida está presente, destacando-se o aparecimento de um polidor de machados no sítio das Pipas (especialização na produção de instrumentos em pedra polida, face à disponibilidade em rochas duras?); a cerâmica apresenta rara decoração impressa, plástica e incisa, eco da tradição do Neolítico Antigo.

Prospecções realizadas nos últimos anos no Alto Alentejo (Calado, 1995) multiplicaram consideravelmente o número de estabelecimentos de ar livre do Neolítico Antigo Evolucionado e da transição para o Neolítico Médio, aqui designados por protomegalíticos, em uma das mais densas manchas do megalitismo meridional. Verifica-se, assim, que a distribuição geográfica dos habitats do Neolítico Antigo Evolucionado ou/e de um momento de transição para o Neolítico Médio, bem como das sepulturas que consideramos protomegalíticas, tem expressão quer no litoral, quer no interior.

Muito trabalho de campo é ainda necessário ao alargamento da base empírica mínima para uma aproximação integrada à problemática do protomegalitismo. Não se trata apenas de intercalar mais uma fase entre o Neolítico Antigo Evolucionado e o Neolítico Médio. O que está em debate é o processo de transformação social que, com ritmos diferenciados, adequou todo o sistema de relações humanas às inovações económicas e tecnológicas assi-

miladas durante o Neolítico Antigo. Aquele processo terá substituído as formas de organização social com reminiscências da flexibilidade do bando por sociedades camponesas, estruturadas por relações de parentesco. O megalitismo é indissociável desta transformação que reflecte e de que é, simultaneamente, agente.

### *Cronologias*

Não dispomos de datas radiométricas para as sepulturas protomegalíticas do Sul de Portugal, mas o seu enquadramento em um tempo relativo e lógico foi há muito definido pelos Leisner que não se deixaram confundir por eventuais reutilizações de câmaras e mamoaas (por exemplo, a presença de fragmentos de cerâmica, do Neolítico Final, à superfície da sepultura 10 de Areias). Com efeito, como tentámos salientar, talvez à excepção do Pessegueiro, o protagonismo destes túmulos na culturalização da paisagem excedeu a sua fase construtiva.

Na periodização do Neolítico português, Vera Leisner situava, em 1966, a fase inicial do megalitismo após um período caracterizado por cerâmicas impressas e incisas bem representadas nas grutas portuguesas, ou seja, o Neolítico Antigo Evolucionado (NAE):

“A segunda fase do Neolítico português, com o horizonte inicial em parte já provavelmente contemporâneo da fase acima descrita [NAE] é a pré e protofase dos megálitos decorrentes do Mesolítico [...] No entanto, segundo as datações até agora apuradas para o Mesolítico português, não se vislumbra uma sequência cronológica” (Leisner, 1983). No mesmo texto caracterizam-se expressivamente as sepulturas sem corredor, protomegalíticas, escavadas nos anos 30 e 40 por M. Heleno, na região de Montemor: [...] “pequenas câmaras de pouca altura, na sua maioria de forma alongada, construídas de lages e blocos toscos” e agrupa-se o respectivo espólio em três associações possíveis: crescentes; geométricos e lâminas estreitas; geométricos, machados cilíndricos e pequenas enxós, “nenhuma cerâmica”.

Posições completamente diversas e até opostas viriam a ser defendidas, em 1989, levando em consideração uma leitura muito *sui generis* das datas radiométricas disponíveis, para a Pré-história recente portuguesa (Kalb, 1989, p. 42):

“Igualmente se nos oferece agora uma explicação para ‘os monumentos megalíticos da primeira fase provenientes do Mesolítico’ (Leisner 1967, p. 367)[...] que poderão muito bem ser o resultado do contacto mútuo entre a cultura megalítica e a cultura dos concheiros na zona geográfica de contacto. Quer dizer, eles não representam o início do megalitismo, mas um reflexo periférico e secundário, o que explicaria perfeitamente o número reduzido desses monumentos”.

Para melhor se entender o modelo teórico subjacente, recuemos no texto. A autora parece considerar a existência de duas realidades socio-económicas distintas ou dicotómicas, com expressão territorial:

“Em primeiro lugar, pode-se concluir que os caçadores e recolectores não tinham uma necessidade económica natural para se passarem para o tipo de economia de produção.

Por outro lado, mostra que os ‘megalíticos’ não tinham manifestamente interesse no extermínio destes grupos periféricos da faixa costeira.

“Isto explica igualmente o aparecimento de cerâmica do ‘neolítico antigo’ em monumentos megalíticos [...] E não se trata de monumentos pequenos, ‘protomegalíticos’, ‘antigos’, mas precisamente de monumentos de grandes dimensões”.

Resumidamente, segundo a autora teríamos um megalitismo primário com grandes monumentos e associado a populações neolíticas presumivelmente exógenas (?) e um sub-megalitismo, secundário e periférico associado às populações mesolíticas, em contacto com as neolíticas.

O estudo do monumento do Marco Branco (Silva e Soares, 1983) e mais recentemente a identificação dos primeiros povoados alentejanos com ocupações do Neolítico Antigo Evolucionado e mesmo da transição para o Neolítico Médio (Pipas, por ex.), vieram consubstanciar a ideia de cruzamento de duas realidades aparentemente dissociadas — Neolítico Antigo Evolucionado e megalitismo —, litoral/interior, que vimos defendendo desde os anos 80.

Como temos vindo a tentar mostrar, a génese do nosso megalitismo deverá ser procurada em comunidades já neolíticas, mais propriamente do Neolítico Antigo Evolucionado, em transição para o Neolítico Médio, nas quais se assista ao desenvolvimento da economia de produção de alimentos; opção económica cuja eficiência pressupunha um quadro de relações sociais estáveis, assentes em vínculos de parentesco. De facto, se sítios de habitat como a Salema indicam uma intensificação económica, as sepulturas protomegalíticas, correlacionáveis com povoados como aquele, reflectem o reforço das relações de parentesco e a emergência de uma nova ordem social assente nessas relações.

Embora não dispondo de quaisquer datações radiométricas para o protomegalitismo do Sul de Portugal, face à cronologia relativa apresentada, parece-nos razoável sugerir o V milénio cal BC, com um óptimo centrado em meados do milénio para a emergência deste fenómeno sepulcral. A nossa proposta é balizada pelas datas obtidas para contextos do Neolítico Antigo Evolucionado do Sul/Centro de Portugal (finais do VI e primeira metade do V milénio cal BC) (Soares, 1997) e pelas datas do dolmen 1 do Carapito (segundo quartel do IV milénio cal BC) (Vilaça e Cruz, 1994), pertencente já a fase de pleno desenvolvimento do megalitismo.

Ao contrário do que se observa no Sul, o Norte do país dispõe de um conjunto de datações radiométricas de monumentos megalíticos estatisticamente significativo. Em um estudo recente (Alonso e Bello, 1997) produz-se uma excelente síntese da situação. A partir da análise crítica das datas disponíveis, retirando as que possuíam desvio-padrão  $> \pm 100$  anos e as que provinham de contextos com elevado risco de contaminação (massa tumular, paleo-solos fossilizados), aqueles autores obtiveram uma amostra de 44 datas provenientes de 22 monumentos do Norte de Portugal. A arrumação das datações por tipos de sepultura mostra claramente que os monumentos de câmara simples, fossa ou simples deposição, sob tumulus, considerados dos inícios do megalitismo (grupo A) se distribuem por uma faixa cronológica de 4000 a 3800 cal BC (2 sigma). Durante o último terço do V milénio cal BC (Alonso e Bello, 1997, p. 513-514) encontra-se perfeitamente confirmada a presença de pequenas câmaras ortostáticas integradas em colinas tumulares com cerca de 12m de diâmetro médio e de 1,14 m de altura média. Os inícios do megalitismo contam com datas da primeira metade do V milénio cal BC (Cabritos 3, Aboboreira).

A partir de meados do IV milénio cal BC, e até ao final do ciclo funerário megalítico, não existem evidências de uso dos monumentos protomegalíticos. Eles são substituídos,

nas paisagens megalíticas que fundaram, por monumentos complexos, em geral de corredor. Aquela tipo de monumento só será reutilizado em torno a 1000 cal BC, quando as sepulturas individuais voltam a ser dominantes, em pleno Bronze Final.

A discussão da gênese do megalitismo no Norte do País tem deparado com o problema da ausência de vestígios do Neolítico Antigo ou de tradição antiga. Não seria então legítimo atribuir essas primeiras manifestações a populações do final do Mesolítico? No plano meramente teórico recusamos essa possibilidade (Soares, 1996):

“O Megalitismo, enquanto parte integrante das sociedades de tipo segmentário, não pode ser vinculado aos primeiros momentos da neolitização de uma região se este último processo for entendido como a mudança económico-cultural desenvolvida pelas populações mesolíticas autóctones, que levou ao surgimento do modo de produção doméstico. As comunidades que inauguraram o processo de neolitização, organizadas em estruturas sociais que deveriam conservar grande abertura e flexibilidade, derivadas do bando, dificilmente podem ser consideradas as primeiras construtoras de sepulturas megalíticas. Será mais razoável atribuir esse papel às suas sucessoras que, em momento subsequente à assimilação da economia de alimentos, teriam procedido à necessária reestruturação da organização social, agora assente em relações estáveis, fundadas no parentesco [...] Neste contexto, as noções de anterioridade, de passado, de antepassado mítico adquirem lugar central na ideologia emergente e resolvem-se privilegiadamente no espaço funerário [...]”.

Face a este posicionamento, aguardamos com muito interesse a publicação do primeiro sítio com cerâmicas impressas e incisadas de facies mediterrânea identificado no Norte do país, em Prazo, Freixo de Numão (informação pessoal de Susana de Oliveira Jorge).

Referindo, por fim, e em termos muito genéricos, o protomegalitismo do Sudoeste peninsular, por um lado, ao mundo mediterrâneo, e, por outro, ao Atlântico, em cuja encruzilhada nos localizamos, constatam-se claras semelhanças no que concerne às realizações materiais e respectivas cronologias. No Mediterrâneo Ocidental, em particular no Sul de França e Catalunha, as pequenas sepulturas individuais sob tumuli, organizadas em necrópoles, integram-se em um processo evolutivo que se enraíza nas fases terminais do Epicardial (Guilaine, 1996, p. 135-138). Várias datações radiométricas obtidas para jazidas catalãs (Font de la Vena, El Pardo II) permitem remontar a origem do protomegalitismo à primeira metade do V milénio cal BC. Em termos globais, para o Mediterrâneo Ocidental, Guilaine propõe uma cronologia do V milénio cal BC, com eventuais prolongamentos pelo IV milénio.

No noroeste europeu, também a fase inicial do megalitismo mostra sepulturas simples. Na costa oriental da Irlanda do Norte (Cúil Irra), a fase inicial do fenómeno megalítico encontra-se representada por pequenas câmaras de planta fechada sob tumuli (por exemplo, o tumulus de Croaghaun, com cerca de 7 m de diâmetro) cuja dimensão máxima pode não ultrapassar os 2 m (Fig. 9). Foram obtidas para estes monumentos datações radiométricas da primeira metade do V milénio cal BC as quais são, no entanto, consideradas com algumas reservas. S. Bergh (1995, p. 103-104) refere a propósito das cronologias altas obtidas para essa fase os seguintes paralelos: “A date to the first half of the 5th millenium cal BC can however not be excluded as monuments from this period do exist in both Brittany and Iberia”. O maior desenvolvimento das primeiras sepulturas megalíticas talvez tenha, porém, ocorrido nessas paragens nos finais do V e inícios do IV milénio cal BC (Barclay, 1997).

## Reutilizações

Concebida muito provavelmente para receber uma inumação, a sepultura protomegalítica, pequena e de câmara fechada, protegida por colina tumular, nem sempre terá cumprido os desígnios de sepultura individual. Os casos paradigmáticos que seleccionámos possuem um comprimento máximo interno que oscila entre cerca de 2,5 m e 1,5 m. A generalizada ausência de restos osteológicos correspondentes à utilização primária destas sepulturas permite-nos apenas, porque não existem vestígios de alteração térmica, supor que receberam somente uma inumação.

Estas sepulturas não constituem um acontecimento isolado, esporádico e disperso, como inicialmente a escassez dos vestígios levava a supor. Elas inauguram uma nova paisagem, culturizada pela função funerária. Ao invés de se perderem na terra, como era tradicional até ao Neolítico Antigo Pleno, elevam-se, salientam-se em processo de crescente complexidade arquitectónica interna e de dramatismo cénico em que não só o edificado é chamado a participar, mas também a grandiosidade da paisagem natural cuja percepção o monumento da fase de apogeu controla. No dizer de Thomas (1991), a incorporação dos antepassados do grupo na paisagem, através da construção de monumentos espectaculares e eternos, provoca uma mudança física na paisagem dos vivos.

Os monumentos protomegalíticos descobrem a plasticidade da paisagem e começam a moldá-la através dos mecanismos de controlo do tempo mítico ou monumental. Impriem-lhe, de forma permanente, marcas que entrarão no futuro, onde irão garantir a sobrevivência dos grupos. O controlo do tempo que os monumentos representam transcende, assim, o momento da sua fundação. A partir deles, estruturar-se-ão necrópoles megalíticas com maior ou menor diacronia; o isolamento de algumas sepulturas protomegalíticas pode ser aparente e resultar de más condições de conservação.

Quando atendemos às datações do megalitismo do Norte do país, constatamos que a fase de construção das primeiras sepulturas, muito nebulosa e discutível face à dificuldade em contextualizar as amostras datadas, é rapidamente seguida por uma fase de óptimo de utilização ou reutilização, que abruptamente se interrompe a partir de meados do IV milénio, dando lugar a sepulturas, agora claramente concebidas para o ritual do enterramento colectivo, dotadas de acesso permanente à câmara funerária. As sepulturas protomegalíticas só virão a ser reutilizadas, nessa região, fora do ciclo megalítico.

Os poucos casos analisados no Sul e Centro, mostram-nos histórias bem diferenciadas, que acentuam o dinamismo destes pequenos sepulcros. A sepultura do Marco Branco, após a utilização primária, é reaberta, a partir da cobertura, e o espaço interno, dividido em dois compartimentos desiguais, por septo constituído por pequenos esteios. No compartimento mais amplo são depositados restos ósseos de pelo menos três indivíduos, sem conexão anatómica (C.3). O espólio arqueológico que aí se encontrava não revela uma intencionalidade funerária clara; é constituído por um resíduo de talhe em sílex, um buril em quartzo leitoso, um fragmento de lâmina estreita com denticulado fino e directo no bordo direito e com traços de uso inversos no bordo oposto e por seis fragmentos de cerâmica de reduzidas dimensões, erodidos, lisos, sem bordo. Este espólio pode ter feito parte das terras da colina tumular, tendo entrado na câmara, possivelmente aquando dos trabalhos de readaptação da mesma. No compartimento anexo àquele ossuário, não existiam ossos nem outro espólio; continha, porém, nítidos vestígios de acção do fogo (terra queimada, cinzas e pequenos fragmentos de carvão). Este espaço pode ter sido destinado, por hipótese, a guardar os restos da primeira inumação, que, para o efeito, teriam sido reduzidos a cinzas ou, pelo contrário, ter funcionado ao serviço da preparação (rituais de fogo) dos restos mortais

secundariamente depositados nesta segunda e última fase de uso do monumento. Recorde-se que na necrópole de Camp del Ginèbre (Pirenéus Orientais), algumas sepulturas de planta circular ou ovalada, com cerca de 1,5 m de diâmetro, receberam incinerações.

Pelo comportamento cultural revelado (tipologia e escassez do mobiliário funerário) e conhecimento exacto da localização da câmara, somos levados a pensar que terá sido curto o período que medeou entre a primeira utilização do monumento e a sua reutilização como ossuário. Tentámos, sem sucesso, datar por AMS os ossos humanos: estes não possuíam suficiente colagénio.

A anta 6 do Couto da Espanhola conta-nos uma história bem diversa da do Marco Branco. Neste caso, a pequena câmara que fundou o monumento parece não ter sido reutilizada. A reutilização afectou apenas a colina tumular, onde foi instalada nova sepultura, cistóide, com provável desconhecimento da exacta localização da câmara primitiva, sobreposta em parte por aquela. O espólio fornecido pela segunda câmara é agora bem mais numeroso e integra recipientes cerâmicos completos, os quais parecem ter sido interditos de participar nos mobiliários funerários da fase de fundação das sepulturas protomegalíticas. Assim, surgiram, neste segundo momento, uma enxó e um machado em pedra polida, associação clássica dos primeiros monumentos de corredor da região de Reguengos (Gonçalves, 1992) e cinco recipientes de cerâmica lisa: um vaso de colo e carena média, três taças em calote de esfera e um recipiente de fundo plano e perfil incompleto. O conjunto pode ser atribuído ao pleno Neolítico Médio ou mesmo a uma fase evolucionada deste.

Nas necrópoles de Monchique, o dinamismo das sepulturas protomegalíticas mostra-se muito intenso. Algumas foram transformadas em câmaras de planta aberta e continuaram a ser utilizadas durante o pleno Neolítico Médio. A perduração da forma cistóide, até ao Neolítico Final, quando adquire o carácter de “galeria coberta”, é um dos regionalismos que marca fortemente a arquitectura megalítica do Sudoeste peninsular.

O frequente mau estado de conservação de muitas destas sepulturas dificulta a sua caracterização e integração cronológica, sendo, por vezes, difícil determinar se a câmara era originalmente fechada. Este aspecto deverá ser por agora secundarizado relativamente às dimensões da câmara, dos esteios e/ou blocos, à técnica construtiva do monumento, porque a abertura da sepultura era facilmente conseguida através do afastamento de um bloco ou pequeno esteio, em momento posterior à construção. Não incluímos, na categoria das sepulturas protomegalíticas, as de câmara sem corredor, mas delimitadas por ortostatos com mais de 1-1,5 m de altura, e com abertura bem estruturada, como a de Fernão Vaz I (Ourique).

Uma outra forma de protagonizar e permanecer na paisagem megalítica é-nos sugerida pelos casos do Pessegueiro e Dombate. Ambos foram precocemente apagados da paisagem e viriam a ser expostos pela procura de outros monumentos. No primeiro caso, o espaço sepulcral foi absorvido por estabelecimento da Idade do Bronze, pelo menos aparentemente sem o reconhecimento das pré-existências. Dombate, só aparentemente se assemelha ao Pessegueiro. A grande colina tumular de um dos mais espectaculares dolmens de corredor da Península Ibérica, devora (ritualmente?) o monumento protomegalítico que terá fundado a paisagem funerária, mas respeita-o integralmente; a estrutura pétrea do dolmen de corredor é implantada ao lado da primitiva câmara (Bello, 1992-93).

### *Caracterização arqueológica*

Da vertente funerária do protomegalitismo podem referir-se sumariamente as seguintes características, comuns à generalidade das situações consideradas:

- Sepulturas delimitadas por blocos e/ou pequenos esteios, podendo ter sido parcialmente escavadas na rocha de base. Os esteios, regra geral, não ultrapassam a altura de 1 m. A planta destas câmaras pode ser oval ou rectangular, e, pelo menos aquando da respectiva utilização primária, é muito provável que fosse sistematicamente fechada. O seu comprimento interno máximo não excede os 2,5 m, existindo casos em que esta dimensão é francamente reduzida (cerca de 1,5 m).
- As pequenas câmaras pétreas são protegidas ou por colinas tumulares ricas em blocos e, geralmente, bem conservadas, ou por uma massa tumular constituída essencialmente por terra e mal conservada ou mesmo totalmente desmantelada. O diâmetro destes tumuli pode ser muito variável, entre cerca de 10 m e 2,5 m. A constituição do tumulus do Marco Branco obedeceu a normas ritualizadas. A totalidade, ou parte das terras da colina tumular, teria vindo do habitat. No anel de blocos que suportava a mamoa foram utilizados blocos de xisto-grauváquico, disponíveis na área do túmulo, mas também de calcarenito, provenientes de formações localizadas a cerca de 0,4-0,5 km. O cumprimento de regras estritas na construção destes sepulcros ficou também documentado na construção do cairn do monumento 6 do Couto da Espanhola.
- Estas sepulturas parecem ter sido destinadas a inumações individuais, em atenção às suas dimensões e à genérica ausência de vestígios de fogo correlacionáveis com práticas de incineração. Porém, podem ter sofrido reutilizações de tipo diferente (ossuário, por ex.). As dimensões de algumas sepulturas sugerem colocação do corpo em posição contraída ou fetal. Os rituais de fogo foram documentados, muito embora em uma segunda fase de utilização.
- As sepulturas protomegalíticas podem agrupar-se em necrópoles, onde se arrumam ou de forma dispersa, distanciadas de dezenas ou de centenas de metros umas das outras, como na necrópole da Palmeira (Monchique), ou em núcleos densos e bem delimitados (Pessegueiro), ou mesmo sob a mesma colina tumular (Buço Preto).
- Os espólios funerários revelam uma acentuada raridade de artefactos, sendo o depósito de recipientes cerâmicos, pelo menos aparentemente, interdito. As raras referências a cerâmica correspondem a fragmentos, por vezes rolados, provenientes muito provavelmente das terras dos tumuli, devido a processos pós-deposicionais. Assim, podem estar presentes na generalidade dos mobiliários funerários, sempre em escasso número, lâminas estreitas e lamelas de sílex, geométricos trapezoidais e crescentes, elaborados quer a partir de lamelas quer a partir de lâminas estreitas, e machados de pedra polida. Estes, por vezes, apresentam nítidos vestígios de uso ou fracturas antigas.
- Não se registou a presença de artefactos de prestígio em nenhuma das sepulturas protomegalíticas do Sul/Centro de Portugal. Se o acesso a este tipo de sepultura era restrito a personagens que gozavam de estatuto privilegiado, esse aspecto não pode ser deduzido a partir do espólio funerário, mas tão-somente do esforço construtivo que a própria sepultura implicava para a comunidade; cerca de 10-15 indivíduos, por um período de duas a quatro semanas (Bergh, 1995, p. 154). A empresa construtiva não era um simples acto profano; ela parece estar enquadrada por normas e preceitos susceptíveis de criar restrições e diferenciação, mesmo que só de estatuto, em sociedades que, por agora, teremos de considerar basicamente igualitárias.
- Na ausência de cronologias radiométricas para o protomegalitismo do Centro-Sul de Portugal, podemos somente apoiar-nos em parâmetros fornecidos pela cronologia relativa. Teríamos, assim, uma faixa cronológica genericamente correspondente ao V milénio cal BC, com uma probabilidade mais elevada de ocorrência em meados desse milénio.

Os espaços funerários integram-se, durante o Mesolítico Final da Europa atlântica, em áreas habitacionais, estabelecimentos relativamente estáveis ou de base. Em Portugal, a prática de enterrar os mortos no espaço intra-habitat está presente nos vales do Tejo e Sado e na Costa Sudoeste (Fiais). O ritual funerário incluía a utilização de ocre e fogo e impunha normas de preparação dos defuntos como a flexão forçada das pernas sobre o tronco. Os mortos eram acompanhados por raros artefactos, como adornos elaborados a partir de conchas. No Tejo, registaram-se, mesmo, indícios de prováveis refeições fúnebres (Roche, 1972). Temos interpretado estas evidências como reflexo do desenvolvimento dos índices de sociabilidade de grupos com economias de largo espectro, em processo de intensificação, nomeadamente pela via do armazenamento. Estas sociedades mesolíticas complexas irão assimilar em meados do VI milénio cal BC as inovações económicas e tecnológicas neolíticas. Estas inovações, em um primeiro momento, são apenas subsidiárias das actividades de caça-pesca-recollecção. Os padrões locativos dos povoados não sofrem alterações, tão pouco as estruturas domésticas ou as estratégias de mobilidade dos grupos (Soares, 1995). Esta continuidade é particularmente nítida no sítio da Samouqueira (Sines), onde o núcleo do Neolítico Antigo é contíguo ao do Mesolítico e se lhe sobrepõe em algumas áreas. Também a esfera do funerário, como tentaremos mostrar, não sofre, durante o Neolítico Antigo, transformações visíveis face ao posicionamento que detinha nas sociedades do final do Mesolítico. Registamos o “clássico” entrosamento dos domínios funerário e doméstico em sítios de gruta. No que respeita aos povoados de ar livre, as evidências têm sido, porém, mais ténues. No estabelecimento de base de Samouqueira I (Sines) exumámos na C.2 os restos de duas inumações, em posição contraída, que documentam uma área de necrópole, muito destruída pelas lavouras, conotada com a ocupação do Neolítico Antigo (Samouqueira II) e datada de  $6370 \pm 70$  BP (TO-130). Nas escavações realizadas em extensão no povoado do Neolítico Antigo de Vale Pincel I (Sines), identificámos um tipo de estrutura, cujo significado viria a adquirir contornos francamente nítidos quando observámos as fossas sepulcrais do habitat de El Retamar (Cádiz). Eram acumulações de blocos, de contorno ovalado, sem quaisquer vestígios de acção térmica *in situ*, das quais faziam parte fragmentos de mós manuais. Na impossibilidade de atribuímos a estas estruturas carácter doméstico, restavamos a hipótese plausível de estarmos perante pequenos *tumuli* de sepulturas de inumação, muito provavelmente com o corpo em posição contraída, de acordo com as pequenas dimensões das superestruturas tumulares, uma vez que não se conservaram restos osteológicos, como infelizmente sucedeu com a quase totalidade da matéria orgânica desta jazida (meio ácido e muito arenoso). Em atenção à área ocupada (10 ha), elevada densidade de artefactos e tipologia dos mesmos, diversidade de estruturas domésticas, podemos afirmar que Vale Pincel I, datado radiocarbonicamente de meados do VI milénio cal BC (Soares, 1997), possuía uma economia de largo espectro e ter-se-á comportado como um estabelecimento de base do Neolítico Antigo Pleno. A recente publicação do povoado de El Retamar (Ramos et al., 1997), localizado na mesma região peninsular, na margem da baía de Cádiz, sobre solos arenosos, como Vale Pincel I, revelou grande diversidade de estruturas domésticas e a existência, em plena área residencial, de depósitos funerários que mostram não existir “dicotomia entre el mundo de los muertos y el de los vivos” (Ramos et al., 1997, p. 682). A tradição mesolítica de integrar nas áreas habitacionais a função funerária continua, pois, a vigorar, durante o Neolítico Antigo Pleno, em Retamar com uma datação de finais do VI milénio cal BC. A tipologia da utensilagem lítica e da cerâmica deste povoado mostra nítidas similitudes com as de Vale Pincel I. Ao contrário do que ocorre neste povoado, onde a

reconstituição das estratégias de subsistência se baseou em provas indirectas, em Retamar foi possível obter abundante informação faunística que revelou uma economia de largo espectro; esta embora incluía a produção de alimentos (ovicaprinos e *Bos taurus*), centra-se em actividades depredadoras (marisqueio e pesca).

O modo de vida das populações do Mesolítico Final do Sudoeste peninsular deverá ter prosseguido, sem rupturas evidentes, pelo Neolítico Antigo Pleno. As mudanças tornar-se-ão claramente perceptíveis no registo arqueológico durante o Neolítico Antigo Evolucionado. Este período, datado de finais do VI e 1.ª metade do V milénio cal BC, encontra-se representado no actual território português por um número de arqueossítios francamente mais elevado (número mínimo de 29 sítios) do que no Neolítico Antigo Pleno (apenas 16) (Silva, 1997). Além desta maior densidade, que pode ser imputada a crescimento demográfico, durante o Neolítico antigo evolucionado a ocupação do interior adquire maior significado, com sítios de habitat em pleno Alentejo, como Valada do Mato, no concelho de Évora, ou Gaspeia, em Alvalade do Sado. A expansão para o interior da economia de produção de alimentos pode corresponder a um maior controlo das técnicas agrícolas, com a exploração de solos menos ligeiros e mais férteis (Soares, 1995). Ao mesmo tempo — e ainda que o padrão locativo dos sítios de ar livre seja basicamente o mesmo do Neolítico antigo pleno — assiste-se a uma certa diversificação desse padrão (Soares, 1995a): o sítio de São Pedro de Canaferrim, por exemplo, localiza-se na vertente SE da Serra de Sintra, à cota de 395 metros (Simões, 1997).

Estes e outros indicadores, como um maior domínio das técnicas e aumento da produção de instrumentos em pedra polida, diversificação morfológica e decorativa da cerâmica e melhoria da sua qualidade dão-nos conta de importante processo de reestruturação económico-social. Se é possível admitir que a economia do Neolítico Antigo Pleno do Sul de Portugal assentaria, fundamentalmente, em actividades predadoras, ocupando a produção de alimentos, praticada certamente de forma muito incipiente, lugar secundário, a mesma situação não é genericamente sustentável para o Neolítico Antigo Evolucionado. Podemos admitir, tal como J. Guilaine (1979) propôs para a comunidade do abrigo Jean Cros, que o nosso Neolítico Antigo Pleno corresponderia a uma fase de transição entre a economia predadora e a economia de produção. A sua organização social, e seguindo o mesmo autor, seria ainda a do bando, embora em estágio de complexidade crescente. Com efeito, a produção de alimentos teria já lugar, ainda que desenvolvida de forma mais ou menos parcial, o que implicaria a existência de um sistema, mesmo que muito ténue, de relações de parentesco. “Não se trataria então de uma sociedade de tipo caçadora-recolectora, nem de uma sociedade de tipo nitidamente agrícola, mas de uma sociedade de transição para a qual dificilmente se pode criar um modelo teórico” (Guilaine, 1979, p. 414).

Na sua mais pura formulação conceptual, a economia do bando baseia-se na exploração da terra como objecto de trabalho e é de rendimento imediato. Os investimentos são individuais, mesmo quando a empresa é colectiva; cada grupo de produção constitui-se sobre uma base voluntária e a favor de um objectivo circunscrito. O bando não possui coesão permanente nem uma autoridade dirigente; é, nesta medida, acéfalo, instável e de composição variável. Homens e mulheres púberes deslocam-se livre e voluntariamente entre os diversos bandos, representando esta mobilidade o mecanismo dominante da reprodução social. As relações resultam do tipo de participação dos indivíduos nas actividades comuns de produção e consumo e não do reconhecimento de eventuais laços biológicos, de uma genealogia formal, de um antepassado de referência; as relações de parentesco não dominam, pois, a relação social (Meillassoux, 1978).

Pensamos que este quadro não se aplicaria exactamente ao modo de produção de caça-recollecção-armazenamento do Mesolítico Final e menos ainda ao do Neolítico Antigo Pleno, na directa evolução daquele, pois existem indícios do desenvolvimento de relações sociais mais estáveis que comportariam, inclusivamente, a manutenção de adultos incapacitados (Soares, 1995) no seio do grupo. Porém, o funcionamento do quadro económico descrito para o Neolítico Antigo Pleno não exigiria um sistema de relações de parentesco bem estruturado, nem grande rigidez nos elos que ligariam o indivíduo ao grupo. O aparecimento das primeiras formações sociais economicamente dependentes da agro-pastorícia, durante o Neolítico Antigo Evolucionado, quer no litoral quer no interior, pressupõe a superação dos modelos organizativos inscritos na tradição do bando. A flexibilidade que caracterizava o sistema de relações deste último é incompatível com a economia agro-pastoril, onde a coesão social se mostra fundamental para a eficácia desse novo sistema económico. Os membros de cada grupo têm de permanecer coesos, da sementeira à colheita, e uma vez esta concluída, o ciclo recomeça, em inexorável continuum. Este momento do processo histórico parece, pois, corresponder à emergência do modo de produção doméstico, tal como foi definido por Meillassoux (1978). As relações de produção próprias da comunidade doméstica “suscitam uma estrutura hierárquica fundada sobre a anterioridade; [...] definem um domínio, uma estrutura e um poder de gestão reservado ao mais idoso [ao ancião] no ciclo produtivo” (Meillassoux, 1978, p. 67). Mas porquê esta noção de anterioridade que conduz à hierarquia estabelecida entre “quem vem antes” e “quem vem depois”? Em resultado das características do ciclo agrícola que se divide sucessivamente em períodos improdutivos e produtivos e que começa necessariamente com um período improdutivo durante o qual tem lugar o investimento da energia humana na terra (esta agora explorada como um meio de trabalho e não como um objecto de trabalho como sucedia com o bando), os primeiros, os mais velhos, “são aqueles a quem se deve a subsistência e as sementes: são os maiores”; ocupam então o lugar mais elevado da célula comunitária, sendo os responsáveis pelas tarefas relativas à colheita e armazenamento do produto e sua distribuição (Meillassoux, 1978, p. 66).

É neste cenário que enquadrámos os monumentos protomegalíticos, expressões eloquentes da nova organização social, onde são o reflexo, mas terão sido igualmente actores da construção da identidade do grupo e de legitimação do seu direito a um determinado território, fundado na anterioridade que os ossos dos antepassados consubstanciam. O monumento funerário revela-se a dois grandes níveis de comunicação: o interior, de coesão, que permite a cada um reconhecer-se membro do grupo e a ele ligado por compromissos permanentes; o exterior, de separação, que permite ao grupo delimitar o seu território do dos vizinhos, ser visto, definindo as estratégias de interacção. Nos inícios do fenómeno tumular megalítico, a dimensão de comunicação intra-grupal seria muito provavelmente a mais procurada. A comunicação para o exterior tornar-se-á, em nosso entender, de maior relevância no megalitismo pleno.

Situados no Neolítico Antigo Evolucionado, estamos, evidentemente, a pensar em agricultura itinerante, de sacho e queimada. Os grupos teriam de deslocar frequentemente os seus povoados, de acordo com o ritmo de esgotamento e de reposição natural da fertilidade dos solos, povoados que, por essa razão, possuíam vida curta, não motivavam investimentos dispendiosos, apagavam-se rapidamente na paisagem. No Neolítico Antigo Evolucionado, as comunidades que mais rapidamente desenvolvem a base agro-pastoril da sua economia vão criar uma nova e mesmo revolucionária forma de enquadrar a morte. Atribuem-lhe um espaço próprio, dissociado dos contextos precários em que decorria o quotidiano doméstico. Conferem-lhe o carácter de permanência em paisagens que passa-

rão a ser moldadas culturalmente. Os pequenos túmulos pétreos, destinados provavelmente aos anciãos com mais transcendência para o culto dos antepassados, são reflexo e foram actores de uma importante revolução cultural. Eles pressupõem um novo conceito de tempo: desenvolve-se a ideia de tempo cíclico; a valorização do tempo presente dá lugar à valorização do tempo passado, do tempo mítico ou monumental que permite o atravessamento do presente e a atitude prospectiva de planear um tempo garantido pela projecção que nele se faz do melhor que o pretérito legou ao grupo a sabedoria do antepassado, materializada pela sepultura do ancião maior, “fonte de conhecimento e regulador do ciclo agrícola” (Soares e Silva, 1992).

Os monumentos deste momento inicial do megalitismo parecem corresponder, no Sul de Portugal, a comunidades basicamente igualitárias. De notar que o espólio funerário é, em geral, escasso; na feitura da sepultura parece residir o essencial do ritual funerário; o que mais conta é o trabalho do grupo. Estas sepulturas poderiam ser construídas, em média, por 10 indivíduos, durante 4 semanas. O equipamento, pertença do inumado, é quase sempre constituído por elementos de projectil quer sobre lamela quer sobre lâmina estreita. De notar que nesta fase se sobrepõem a tradição do talhe lamelar do Mesolítico com o talhe laminar que será dominante nos espólios líticos funerários do Neolítico Médio (primeiros sepulcros de corredor incipiente). Além dos geométricos, merecem destaque os instrumentos em pedra polida, que durante o Neolítico Médio irão comporta-se como um equivalente geral de trocas, alimentando redes de grande amplitude. Nas sepulturas protomegalíticas é frequente encontrarem-se artefactos em pedra polida que foram instrumentos de trabalho efectivos; transportam traços de uso, podem mesmo apresentar fracturas. Os inumados não são acompanhados por instrumentos de pedra polida com carácter cerimonial ou de prestígio. Ao contrário do que Guilaine (1996) tenta provar para o Mediterrâneo Ocidental, no Sudoeste não dispomos, com efeito, de espólios de prestígio durante o período protomegalítico. Como aquele autor afirma, existe uma ambiência ideológica semelhante em todo o Mediterrâneo Ocidental, mas a sua concretização material é diversificada de acordo com a cultura específica de cada grupo. Para o protomegalitismo do Sudoeste peninsular devemos falar de sociedades basicamente igualitárias onde poderiam ocorrer diferenças de estatuto correlacionadas com a experiência, a idade, o conhecimento. É possível que em alguns grupos todos os mortos tivessem idêntico tratamento (Monchique?), que outros grupos reservassem a sepultura pétreo com colina tumular apenas para alguns personagens que por razões particulares tivessem transcendência relativamente ao culto dos antepassados e, assim, teríamos, na própria sepultura, um indicador de diferenciação de estatuto social. Não esqueçamos que outros espaços funerários continuaram em utilização durante o desenvolvimento do fenómeno tumular megalítico e a articulação entre eles tão pouco foi ainda tentada. As grutas naturais são os mais conhecidos e talvez mais utilizados, mas os depósitos funerários intra-habitat parecem ter prosseguido em economias mais vincadamente depredadoras, como no sítio de mariscadores da Malhada Alta, do Neolítico Médio integrado na fase II da Comporta, datada de  $4720 \pm 50$  BP (CSIC – 652) e de  $4580 \pm 50$  BP (Silva et al., 1986). Aí observámos os restos de uma inumação, embalados na camada arqueológica desmontada ao longo de talude artificial criado pela exploração de areias para arranjo de caminhos e dos diques de arrozais.

A problemática da função dos monumentos megalíticos nas sociedades coevas e na nossa é, no quadro das actuais condições de produção do trabalho científico, como um labirinto de espelhos, de onde urge sair para voltar ao campo, medir, contar e pesar as evidências, pois as perguntas são imensas para o escasso volume e fraca qualidade do registo arqueológico disponível.

## NOTAS

---

- <sup>1</sup> Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal.
- <sup>2</sup> Museu de Arqueologia e Etnografia do Distrito de Setúbal.
- <sup>3</sup> João Cardoso e colaboradores interpretaram o que consideramos a primeira câmara funerária como um recinto construído em dado momento da história do monumento; a sepultura teria, segundo aqueles autores, continuado em uso, enquanto o referido espaço teria sido colmatado, razão pela qual forneceu associação artefactual mais antiga.
- <sup>4</sup> A abertura que a planta de algumas das pequenas câmaras funerárias mostram pode não corresponder à planta original dos monumentos, mas a fases de reutilização ou de violação dos mesmos; em algumas cistas de Monchique observa-se o esteio de encerramento claramente afastado da sua posição original.

## BIBLIOGRAFIA

---

- ALONSO, F.; BELLO DIÉGUEZ, J. (1997) - Cronología y periodización del fenómeno megalítico en Galicia a la luz de las dataciones por Carbono 14. In *O Neolítico Atlántico e as Orixes do Megalitismo*, Santiago de Compostela: Consello da Cultura Gallega, Universidade de Santiago de Compostela, Unión Internacional de Ciencias pré-históricas e proto-históricas, p. 507-520.
- BARCLAY, A. (1997) - The portal dolmens of the north east cotswolds: symbolism, architecture and the transformation of the earliest Neolithic. In *O Neolítico Atlántico e as Orixes do Megalitismo*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Gallega, Universidade de Santiago de Compostela: Unión Internacional de Ciencias Prehistóricas e Protohistóricas, p. 151-159.
- BELLO DIÉGUEZ, J. M. (1992-93) - El monumento de Dombate en el marco del Megalitismo del Noroeste Peninsular. *Portugalia*. Porto. Nova Série. 13-14, p. 139-157.
- BERGH, S. (1995) - *Landscape of the Monuments. A Study of the Passage Tombs in the Cúil Irra Region*, Co. Sligo, Ireland, Estocolmo.
- BLOCH, M. (1981) - Tombs and States. Mortality and Immortality. In *The Anthropology and Archaeology of Death*. Academic Press, p. 137-147.
- CALADO, M. (1995) - *A região da Serra d'Ossa: introdução ao estudo do povoamento neolítico e calcolítico*. Lisboa: Departamento de História da Faculdade de Letras.
- CARDOSO, J. L.; CANINAS, J. C.; HENRIQUES, F. R. (1995) - A anta 6 do Couto da Espanhola (Rosmaninhal, Idanha-a-Nova). *Estudos Pré-históricos*. Viseu. 3, p. 19-37.
- FORMOSINHO, J.; VEIGA FERREIRA, O. da; VIANA, A. (1953) - *Estudos arqueológicos nas Caldas de Monchique*. Porto: Centro de Estudos de Etnologia Peninsular.
- GOMES, M. V. (1994) - Menires e cromeleques no complexo cultural megalítico português: trabalhos recentes e estado da questão. In *Actas do Seminário O Megalitismo no Centro de Portugal*. Viseu: Centro de Estudos Pré-Históricos da Beira-Alta, p. 317-342.
- GONÇALVES, V. S. (1989) - *Megalitismo e metalurgia no Alto Algarve oriental, uma aproximação integrada*. Lisboa: UNIARQ.
- GONÇALVES, V. S. (1992) - *Revendando as antas de Reguengos de Monsaraz*. Lisboa: UNIARQ.
- GUILAINE, J. (1979) - Le Néolithique ancien de l'Abri Jean-Cros. Hypothèses sociologiques. In GUILAINE, J., ed. - *L'Abri Jean-Cros. Essai d'approche d'un groupe humain du Néolithique ancien dans son environnement*. Toulouse, p. 411-422.
- GUILAINE, J. (1996) - Proto-megalitisme, rites funéraires et mobiliers de prestige neolithiques en Méditerranée Occidentale. *Complutum*. Madrid. 6, 1, p. 123-140.
- KALB, P. (1989) - O Megalitismo e a neolitização no oeste da Península Ibérica. *Arqueologia*. Porto. 20, p. 33-48.
- LAGO, M.; ALBERGARIA, J. (1995) - Cabeço do Torrão (Elvas): contextos megalíticos. (Comunicação apresentada ao 2º Simpósio Transformação e Mudança: *Tempo, Construção do Espaço e Paisagem*), Cascais. UNIARQ.
- LEISNER, G.; LEISNER, V. (1951) - *Antas do Concelho de Reguengos de Monsaraz*. Lisboa: Instituto para a Alta Cultura.
- LEISNER, G.; LEISNER, V. (1959) - *Die Megalithgräber der iberischen Halbinsel. Der Westen*. Berlin: Walter de Gruyter.
- LEISNER, V. (1983) - As diferentes fases do Neolítico em Portugal. *Arqueologia*. Porto. 7, p. 7-15.
- MEILLASSOUX, C. (1978) - *Mujeres, Graneros y Capitales*. Madrid: Siglo Veintiuno.

- RAMOS, J.; LAZARICH, M.; CASTAÑEDA, V. (1997) - Los inicios de la economía de producción en la bahía de Cádiz. In *O Neolítico Atlántico e as Orixes do Megalitismo*, Santiago de Compostela: Consello da Cultura Gallega, Universidade de Santiago de Compostela, Unión Internacional de Ciencias Préhistóricas e Protohistóricas, p. 677-689.
- ROCHE, J. (1972) - *Le gisement mésolithique de Moita do Sebastião (Muge, Portugal)*. Lisboa: Instituto de Alta Cultura.
- SAVORY, H. N. (1969) - *Espanha e Portugal*. Lisboa: Verbo.
- SILVA, C. T.; SOARES, J. (1981) - *Pré-história da Área de Sines*. Lisboa: Gabinete da Área de Sines.
- SILVA, C. T.; SOARES, J.; CARDOSO, J.; SOUTO CRUZ, C.; SOUSA REIS, A. (1986) - Neolítico da Comporta: Aspectos cronológicos (datas 14C) e paleoambientais. *Arqueologia*. Porto. 14, p. 59-82.
- SILVA, C. T.; SOARES, J. (1982) - Des structures d'habitat du Neolithique Ancien au Portugal. Le Neolithique Ancien Mediterranéen. In *Actes du Colloque International de Prehistoire Montpellier (Archeologie en Languedoc. n.º special)*, p. 17-28.
- SILVA, C. T.; SOARES, J. (1983) - Contribuição para o estudo do megalitismo do Alentejo Litoral: A sepultura do Marco Branco (Santiago do Cacém). *O Arqueólogo Português*. Lisboa. Série. 4, 1, p. 63-88.
- SILVA, C. T. (1987) - Megalitismo do Alentejo ocidental e do Sul do Baixo Alentejo (Portugal). In *El Megalitismo en la Península Ibérica*, Madrid.
- SILVA, C. T. (1989) - Novos dados sobre o Neolítico Antigo do Sul de Portugal. *Arqueologia*. Porto. 20, p. 24-32.
- SILVA, C. T. (1993) - O Neolítico Antigo. In *Pré-história de Portugal*. Lisboa: Universidade Aberta, p. 149-165.
- SILVA, C. T. (1997) - O Neolítico antigo e a origem do Megalitismo no Sul de Portugal. In *O Neolítico Atlántico e as Orixes do Megalitismo*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Gallega, Universidade de Santiago de Compostela, Unión Internacional de Ciencias préhistóricas e protohistóricas, p. 575-585.
- SIMÕES, T. (1996) - O sítio neolítico de São Pedro de Canaferrim (Sintra). In *I Congrès del Neolític a la Península Ibérica*. Gavà (Rubricatum, 1, 2), p. 329-336.
- SOARES, J. e SILVA, C. T. (1976-77) - O monumento megalítico da Palhota (Santiago do Cacém). *Setúbal Arqueológica*. Setúbal, 2-3, p. 109-150.
- SOARES, J. e SILVA, C. T. (1992) - Para o conhecimento dos povoados do megalitismo de Reguengos. *Setúbal Arqueológica*. Setúbal. 9-10, p.37-88.
- SOARES, J. (1995) - Mesolítico-Neolítico na Costa Sudoeste: transformações e permanências. In *Actas do I.º Congresso de Arqueologia Peninsular (Trabalhos de Antropologia e Etnologia, 35)*. Porto, 6, p. 27-45.
- SOARES, J. (no prelo) - Para uma reconstrução do processo de neolitização em Portugal. *Ophiussa*. Lisboa. I.
- SOARES, J. (1996) - Na busca de um passado comum: O Neolítico e as origens do Megalitismo. *Al-madan*. Almada. 5, p. 37-45.
- SOARES, J. (1997) - A transição para as formações sociais neolíticas na costa sudoeste portuguesa. In *O Neolítico Atlántico e as Orixes do Megalitismo*. Santiago de Compostela: : Consello da Cultura Gallega, Universidade de Santiago de Compostela, Unión Internacional de Ciencias Préhistóricas e Protohistóricas, p. 587-608.
- THOMAS, J. (1991) - *Rethinking the Neolithic*. Cambridge: Cambridge University Press.
- VILAÇA, R.; CRUZ, J. D. (1994) - O dolmen 1 de Carapito (Aguiar da Beira, Guarda): novas datas de Carbono 14. *Estudos Pré-Históricos*. Viseu. p. 63-68. Actas do Seminário O Megalitismo no Centro de Portugal.